

 <p>Fundado no Sesquicentenário da Batalha do Seival</p>	<h1>O GAÚCHO</h1> <p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p> <p><i>Edição comemorativa dos vinte anos do IHTRGS</i></p> <hr/> <p>Ano 2006 Nr 30</p>
---	---

CANABARRO EM PORONGOS

- diversas abordagens -

César Pires Machado()*

SUMÁRIO

Introdução /...

Alfredo Ferreira Rodrigues – 1898 /...

Alfredo Varela – 1899 /...

Alfredo Ferreira Rodrigues – 1901 /...

Alfredo Varela – 1933 /...

Walter Spalding – 1934 /...

Othelo Rosa – 1935 /...

Fernando Luis Osório (Senior) – 1935 /...

Augusto Tasso Fragoso – 1938 /...

Henrique Oscar Wiederspahn – 1980 /...

Morivalde Calvet Fagundes – 1984/...

Ivo Caggiani – 1992 /...

Moacyr Flores – 2004 /...

Raul K. M. Carrion – 2005 /...

Considerações finais /...

Referências /...

INTRODUÇÃO

As rivalidades estabelecidas entre lideranças republicanas, a exaustão de recursos, o não-reconhecimento da República Rio-Grandense por outras nações, a crescente superioridade das forças imperiais e a irrefreável insatisfação da

população em geral com a continuidade daquela revolução que já durava quase dez anos eram alguns dos acontecimentos que já vinham prenunciando o epílogo da epopéia farroupilha.

De acordo com tratativas de pacificação, Antônio Vicente da Fontoura, representando os farroupilhas, deveria sair do acampamento de Porongos no dia 14 de novembro de 1844 para se encontrar com o Barão de Caxias e depois seguir para o Rio de Janeiro, onde continuariam as negociações. Nos alvares desse dia, o acampamento do exército farroupilha, com aproximadamente 700 homens junto a Canabarro, foi atacado pelas forças sob o mando de Francisco Pedro de Abreu (Moringue), compostas por mais de 1.100 homens. As baixas farroupilhas elevaram-se a mais de 100 mortos e 14 feridos. Foram presos 233 republicanos, dentre os quais 35 oficiais e o ministro da fazenda, como também foram resgatados diversos imperialistas até então prisioneiros. As perdas excederam às expressivas quantidades de cavalos, armas e munições tomadas pelos imperialistas. Dentre os que escaparam estavam Canabarro, Neto, Silveira, Fontoura e outros graduados chefes, alguns sem terem lutado (Wiederspahn, p. 67-68).

Depois do Combate de Porongos, Francisco Pedro estimulou a distribuição de cópias de uma carta com autoria atribuída a Caxias, de modo a indicar a existência de traição por parte de Canabarro e Lucas (AHRS, FR-11).

O conteúdo dessa carta, como a seguir se vê (Spalding, 1957, p. 269-271), atingia duas lideranças das mais importantes para a continuidade da revolução e que ainda não haviam experimentado os desgastes produzidos por intrigas de que foram vítimas Bento Gonçalves e outros (Varela, v. 6, p. 249-251).

Ilustríssimo Senhor – Regule suas marchas de maneira que, no dia 14, às duas horas da manhã, possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia, no cerro dos Porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento, de dia, devendo ficar bem certo de que ele haverá de passar a noite nesse acampamento. Suas marchas deverão ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustarão suas observações sobre o lado oposto.

No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, principalmente de gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro.

A relação junta é das pessoas a quem deve dar escapula, se, por casualidade, caírem prisioneiras.

Não receie a infantaria inimiga, pois ela haverá de receber ordem de um ministro e de seu general em chefe, para entregar o cartuchame sob pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, nem levemente, desconfiar, nem mesmo os outros, que pedem que sejam presos, pois bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio, que nos levará, em poucos dias, ao fim da revolta desta Província.

Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, casado, não lhe reviste sua bagagem, nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a do Canabarro.

Se, por fatalidade, não puder alcançar o lugar onde lhe indico, no dia 14, às horas marcadas, deverá desferir o ataque para o dia 15 às mesmas horas, ficando bem certo de que neste caso o acampamento estará mudado um quarto de légua, mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14.

Se o portador chegar a tempo de que essa importante empresa se possa efetuar, V. S^a lhe dará seis onças, pois ele me promete entregar em suas mãos este ofício até às quatro horas da tarde do dia 11 do corrente.

Além de quanto lhe digo nesta ocasião, já V. S^a deverá estar bem ao fato do estado das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez.

Todo o segredo será indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento, certo de que não abusará deste importante segredo.

Deus guarde a V. S^a – Quartel General e do Comando em Chefe do Exército em marcha nas imediações de Bagé, 9 de novembro de 1844. – Barão de Caxias.

Ilmo. Sr. Coronel Francisco Pedro de Abreu, comandante da 8^a Brigada do Exército.

Teria Canabarro traído seus companheiros farroupilhas?

A supracitada carta seria apócrifa e constituía arma psicológica concebida pelo astuto Chico Pedro?

Passados mais de 160 anos, ainda persistem controvérsias sobre o tema.

Este texto examina sucintamente trabalhos de alguns autores sobre esse assunto, publicados em diferentes épocas. Apresenta também algumas reflexões sobre o convênio de Ponche Verde. Expõe algumas conclusões, sem pretensão que sejam definitivas. Trata-se apenas de uma modesta contribuição para o debate.

O Autor

ALFREDO FERREIRA RODRIGUES – 1898

Em 1898, Alfredo Ferreira Rodrigues produziu um texto sob o título “Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos”, que também foi publicado no ano seguinte, no almanaque anual do qual era organizador (Rodrigues, 1899, p. 215-272).

Sobre esse trabalho, vale reproduzir o que o próprio autor comentou depois de passados dois anos de sua publicação (Rodrigues, 1901, p. 227-242).

Como o tratado de paz tenha sido considerado por alguns historiadores uma imposição decorrente da traição de Canabarro, que entregou, no dizer deles, o seu exército à matança sem defesa, no cerro de Porongos, estudei muito especialmente as circunstâncias que rodearam este fato, reunindo testemunhos e documentos, no intuito de elucidar

esse ponto até hoje controvertido. Pela confrontação dos documentos, pela elucidação dos testemunhos recolhidos, pelas próprias contradições do tratado de paz e pelo mistério em que o governo imperial o procurou conservar, como desairoso que era para ele, fui levado à conclusão de que em Porongos houve uma surpresa, porém não uma traição. Era tal a minha convicção que cheguei a negar a possibilidade da existência de um documento que provasse a traição de Canabarro.

O documento a que se referia Ferreira Rodrigues era a carta de Caxias para Chico Pedro, reproduzida na introdução deste trabalho.

Como é sabido, dentre os argumentos então usados pelos que acusavam Canabarro, era também mencionado o fato de este ter mandado recolher a munição de alguns corpos do exército no dia 13 de novembro de 1844, véspera do ataque de Porongos (Rodrigues, 1899).

Em defesa de Canabarro, dentre outras alegações, o autor divulgou uma versão do Cap. José Pacífico Rodrigues, que foi preso em Porongos. Segundo esse capitão, no dito dia 13, alguns oficiais que não conheciam os termos da pacificação ameaçavam desligar-se do exército e fazer guerra de recursos. Sabedor disso, Canabarro teria mandado retirar cartuchames de alguns corpos, nos quais não confiava integralmente na oficialidade (idem, p. 267-268).

ALFREDO VARELA – 1899

Em janeiro de 1899, esse autor publicou no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro uma substancial matéria que contraditava de forma veemente o trabalho de Ferreira Rodrigues, antes referido. Apresentava reprodução da carta de Caxias para Chico Pedro, de cuja existência Ferreira Rodrigues duvidara (Rodrigues, 1901).

Varela havia encontrado cópia da tal carta nos arquivos de Domingos José de Almeida, então em poder de seus descendentes. Também aduzia argumentos, de modo a patentear a validade de tal cópia, além de reproduzir testemunhos que reforçavam a tese da traição de Canabarro (Rodrigues, 1901).

João Amado, sargento farroupilha preso em Porongos, declarou ter ouvido a leitura da carta que deixava clara a combinação existente entre Caxias e Canabarro. Bernardino de Almeida, filho do ministro farroupilha José Domingos de Almeida, inclinava-se a entender que seu pai possivelmente acreditasse na traição de Canabarro (Rodrigues, 1901).

O farroupilha Manoel Alves da Silva Caldeira, em carta de dezembro de 1898 para Varela, condenando Canabarro, criticava os historiadores Araripe, Assis Brasil e Ferreira Rodrigues por defenderem aquele general farroupilha (AHRN, CV-3102).

José Gomes Jardim (Beco), que fora companheiro de Canabarro na ala farroupilha dita “minoría”, admitia que este, querendo livrar-se dos que eram contrários à pacificação, teria permitido o massacre de Porongos (Varela, p. 500).

As argumentações robustas e articuladas impressionavam sobremodo. A mácula dirigida à memória de Canabarro parecia irretorquível.

ALFREDO FERREIRA RODRIGUES – 1901

Profundamente convencido da inocência de Canabarro, Ferreira Rodrigues não desanimou diante da exuberante contradita de Alfredo Varela. Entendia que não bastava a apresentação de documento como a cópia da carta atribuída a Caxias. Era necessário examinar sua autenticidade, a confiabilidade do documento (Rodrigues, 1901).

No exame dessa carta, Rodrigues identificava contradições e inconsistências, dentre as quais podem ser destacadas:

- Caxias registrava grande preocupação com sigilo, quando ele próprio não tinha necessidade de ter citado os nomes de Canabarro e Lucas; bastava a ordem para Chico Pedro, ou então referir combinação, sem indicar protagonistas;
- a ordem de manutenção de segredo para Chico Pedro foi flagrantemente descumprida por este, que distribuía cópias da carta, além de permitir a leitura da mesma, até diante de presos, como foi o caso do referido João Amado;
- a impossibilidade absoluta de prever em detalhes diversos acontecimentos efetivamente ocorridos no ataque de Porongos sugeria que a carta tivesse sido escrita após o referido ataque (idem).

Estava esse autor disposto a publicar apenas as suas desconfianças e conjecturas sobre a autenticidade da carta quando, de onde menos esperava, surgiram decisivos esclarecimentos (idem).

Manoel Patrício de Azambuja, motivado pela leitura dos ataques de Varela à memória de Canabarro, encaminhou esclarecedora carta a Ferreira Rodrigues. Identificou-se como parente próximo de Chico Pedro, tendo integrado as forças comandadas por este de 1838 a 1845, e atestava a falsidade da carta apresentada por Varela, de cuja confecção teve detalhadas e inequívocas informações. Relatou ter recebido uma explicação de Félix de Azambuja Rangel de que a referida carta era uma ardilosa criação de Chico Pedro, com intenção de atingir o prestígio de Canabarro, considerado pelo imperialista como o único chefe farroupilha capaz de dar continuidade à revolução. Acentuou que Rangel, participante do ataque de Porongos, conforme consta em ordem do dia de Caxias, era seu cunhado e compadre e também parente próximo de Chico Pedro, de quem fora ajudante de campo e amigo inseparável. Acrescentou que também ouvira a confirmação disso diretamente do próprio Chico Pedro, quando marchavam para Jaguarão, e este lhe explicou sobre a autoria “da bomba que tinha lançado no seio dos farroupilhas” (AHRS, FR-11).

Mais adiante, Manoel Patrício de Azambuja, então com 77 anos de idade, informou que Rangel, já com 82 anos, vivia em Rio Pardo. Comunicou também que mandaria a Rio Pardo seu filho, Fabio Patrício de Azambuja, mais tarde Marechal do Exército Brasileiro, sobrinho e afilhado de Rangel, para tomar depoimento do tio e padrinho (idem).

Sob o título “Ataque de Porongos – Apontamentos de Félix de Azambuja Rangel tomados por Fábio Patrício de Azambuja”, foi produzido um documento que teve suas folhas rubricadas por Manoel Patrício de Azambuja, à guisa de autenticação (idem).

Rangel iniciou seu relato confirmando a surpresa em Porongos. Referiu as marchas, à noite e que Canabarro, ao ter sua vanguarda atacada, usou a expressão “é o bodinho do Fidélis”, segundo a qual demonstrou imaginar que se tratava apenas da vanguarda de Chico Pedro, comandada por Fidélis Paes da Silva (idem).

Informou que Chico Pedro fez sua parte sobre o combate, dirigida a Caxias, distante uma légua de Porongos, onde também entregou 300 prisioneiros para um batalhão de infantaria, a fim de serem levados para Rio Grande. Discorreu sobre a liberação do boticário e sua mulher, que levavam as canastras de Canabarro, o que Chico Pedro só foi saber depois, pela explicação de um oficial farroupilha que fora preso (idem).

A seguir, Rangel relatou que estava presente junto a Chico Pedro, no Passo do Pequeri, quando este combinou com o Major João Machado Moraes a falsificação da referida carta. Reproduziu o diálogo ocorrido entre ambos e descreveu os subseqüentes procedimentos de elaboração da mesma. Informou que, em Piratini, Chico Pedro apresentara a carta a Caxias, descrevendo seu plano. Este determinou que seu secretário tirasse cópia, assinou e devolveu a Chico Pedro. Referiu o encontro de Chico Pedro com Manoel Rodrigues Barbosa,¹ republicano exaltado, que fez diversas cópias da carta, astuciosamente estimulado pelo Moringue (idem).

Rangel também fez detalhadas referências às atitudes de Chico Pedro, visando intrigar Canabarro com sua infantaria. Informou que também estava presente quando Chico Pedro determinou a soltura de um oficial farroupilha, em quem inculcou uma intriga para ser levada às hostes de Canabarro, o que motivou o recolhimento de cartuchames, já referido (idem).

A carta de Manoel Patrício de Azambuja, que também encaminhava o relato de Félix de Azambuja Rangel, foi firmada na Estância de Santa Marta, em São Gabriel, em 6 de agosto de 1899 e encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (idem).

Quando Ferreira Rodrigues publicou esse trabalho, expondo os testemunhos de Manoel e Félix, informou onde estes estavam residindo e que dispunha dos referidos documentos para serem consultados por quem tivesse dúvidas a respeito.

Esse trabalho explicava de forma clara, não só os acontecimentos de Porongos, as causas das concepções equivocadas das testemunhas de Varela, mas também identificava os descaminhos que levaram este autor (Varela) a tão grave engano.

¹ Vereador integrante da primeira composição da Câmara de Piratini (AHRS – Os 14 municípios farroupilhas – Atos de criação – 1985.).

ALFREDO VARELA – 1933

Depois de décadas de pesquisas e exaustivos estudos, Alfredo Varela, em 1933, lançou sua clássica e extensa obra *História da Grande Revolução – o cyclo farroupilha no Brasil*, composta por seis volumes. Nessa obra, com a modéstia própria dos sábios, Varela admitiu seu equívoco, representado por seu trabalho de 1899, antes referido. Também, convencido da inocência de Canabarro, adotou as conclusões de Ferreira Rodrigues, divulgadas em 1901 (Varela, v. 6, p. 499-500).

WALTER SPALDING – 1934

Nesse trabalho, referindo as memórias de Francisco Pedro de Abreu, o autor registrou (Spalding, 1980, p.218):

Chico Pedro não relata, aí, o caso da carta falsa que mandou escrever com o fim de desmoralizar Canabarro.

A propósito, recomendou a leitura de sua obra *Farrapos*, onde discorre sobre a história da elaboração da referida carta, de acordo com o trabalho de Ferreira Rodrigues, publicado em 1901 (Spalding, 1957, p. 265-275). De forma curiosa, porém, em uma nota de rodapé, alterou a cronologia da feitura dessa carta (idem, p. 271).

OTHELO ROSA – 1935

Esse conhecido autor, em *Vultos da Epopéia Farroupilha*, obra publicada em 1935, defendendo a memória de Canabarro, consignou (Rosa, 1935, p.61):

[...] acusação tremenda de uma feia traição à República, assacadiha que chegou a infiltrar-se nas páginas da história [...].

Mais adiante, registrou:

[...] a façanha de Chico Pedro se realizou na vigência de um armistício implícito.

Em outra parte, referiu que a tese de Ferreira Rodrigues restou documentalmente comprovada (idem).

FERNANDO LUÍS OSÓRIO (Sênior) – 1935

Esse autor era filho de um importante protagonista da Revolução Farroupilha, o Gen. Osório, de quem possivelmente tenha recebido valiosas informações.

Destaca-se a seguinte parte desse trabalho (Osório, 1935, p. 158):

O desastre do exército republicano em Porongos foi unicamente devido a um descuido de Canabarro, que não supunha o inimigo tão perto, e a uma astúcia a mais de Francisco Pedro.

AUGUSTO TASSO FRAGOSO – 1938

Esse trabalho, embora não se detenha no exame do assunto em questão, ressalta o tino guerreiro de Francisco Pedro, ao que credita o sucesso obtido por

este na “surpresa de Porongos” (Fragoso, 1938, p. 293).

Citando Araripe, Fragoso informa que, ao iniciar sua missão na Revolução Farroupilha, em 1843, Caxias dispunha de 12 mil homens bem fardados, armados e municados, o que era mais da metade da força militar total do Império na época (idem, p. 278).

Reproduz documento, exigido por Caxias, de acordo com o artigo 1º das *informações reservadas* que o barão recebera, e que foi enviado para a Corte, por ocasião da ida de Fontoura para o Rio de Janeiro. Nesse documento, os líderes farroupilhas deveriam historiar as razões da dissensão e reivindicar a paz, como podemos ver (idem, p. 266-267):

[...] e obter do Governo Imperial a Paz, porém uma Paz que, não manchando de ignomínia esta distinta porção da Grande Família Brasileira, nem o Sábio Governo de sua Majestade Imperial e Constitucional, imponha um dique fundamental ao estrangeiro audaz, que pretende fulminar a ruína desta Terra e do Brasil Inteiro.

Acampamento de Porongos, 13 de novembro de 1844.

Jose Gomes de Vasconcelos Jardim – David Canabarro – João Antônio da Silveira e Antonio Neto.

Caxias teria informado, porém, que esse documento foi assinado no dia 15 e que ele o recebeu no dia 16 (idem).

Fragoso reproduz a ata de pacificação, de 25 de fevereiro de 1845. Nela podem ser destacados os seguintes tópicos (idem, p. 268-269):

- foram lidos ofícios de Bento Gonçalves e de Vasconcelos Jardim;
- foram apresentados para os oficiais presentes os 12 artigos que significariam as concessões obtidas junto ao governo imperial;
- Canabarro colocou-se à disposição dos oficiais para dar informações sobre o exército, a fim de poderem decidir sobre a continuidade ou não da guerra;
- a decisão pela paz foi adotada por unanimidade, de acordo com as condições que foram apresentadas “e todas mais que pudessem conseguir do Barão de Caxias”. Assinaram os generais Canabarro, Neto e Silveira, alguns coronéis e tenentes-coronéis, o Major Vicente da Fontoura e mais sete majores, além do ministro Lucas de Oliveira (idem).

HENRIQUE OSCAR WIEDERSPAHN – 1980

O trabalho intitulado *O Convênio de Ponche Verde* também aborda a surpresa de Porongos. No tocante a esse assunto, o autor transcreve importantes documentos, dentre os quais importa referir a carta de Manoel Alves da Silva Caldeira, enviada para Ferreira Rodrigues em 1898, e os depoimentos de Manoel Patrício de Azambuja e de Félix de Azambuja Rangel, já antes referidos (Wiederspahn, p. 67-79).

As concepções desse competente autor sobre o tema podem ser extraídas das transcrições que seguem (idem, p. 70 e 79):

A respeito desta surpresa de Porongos há uma série de coincidências que chegariam a atingir Canabarro, ao ponto de suscitar sérias suspeitas de haver sido a mesma executada em conluio dele com o Barão de Caxias e até com Antônio Vicente da Fontoura, embora se tenha posteriormente conseguido *desfazer tais suspeitas de modo cabal e definitivo* (grifo nosso).

[...]

Para nós, pessoalmente, continuaremos a atribuir o desastre desta surpresa de Porongos apenas à omissão e ao desleixo de Canabarro, *mas nunca a uma traição premeditada, em conluio com Caxias* (grifo nosso).

O capítulo que trata do convênio de Ponche Verde, propriamente dito, tem o sugestivo título “A realidade: uma anistia ampla camuflada”, onde se pode observar (idem, p. 114-115):

Verdade é que até hoje nossos historiadores sulinos que se dedicaram, em seus livros e escritos, especificamente à Revolução Farroupilha, sempre consideraram aquele convênio como se tivesse sido o resultado de ajuste como de potência a potência, não raro como um tratado de paz. Mas um tratado, seja ele qual for, mais ainda um de paz, traz sempre as assinaturas de plenipotenciários das partes interessadas, enquanto a ata firmada em 25.2.1845, em Ponche Verde, só traz as assinaturas dos generais, coronéis e majores republicanos para tal convocados e lá reunidos, [...].

Esse autor também apresenta as *Instruções Reservadas*, subscritas pelo ministro da guerra imperial, e que limitavam as atribuições de Caxias relativamente à pacificação, mas cujos termos eram claramente atentatórios aos brios farroupilhas.

No artigo primeiro, podemos observar (idem, p. 13):

No caso que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as armas, o General-em-Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas somente por meio de petição assinada pelos principais Chefes, dirigidas a Sua Majestade o Imperador, e concebidas em termos respeitosos, que em nada ofendam ao decoro da Nação e aos princípios fundamentais da lei do Estado.

Esta prescrição foi atendida conforme se vê no texto retro sob o título “Augusto Tasso Fragoso – 1938”.

O artigo 5º determinava (idem):

Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentados serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo Imperial, que lhes dará conveniente destino.

No entanto dentre os 12 artigos das concessões apresentadas em Ponche Verde, o 4º rezava (Spalding, 1957, p. 291):

São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na revolução.

O autor demora-se tratando de um decreto que foi enviado para Caxias, pelo ministro da justiça, juntamente com as ditas *instruções reservadas*. Tratava-se de um decreto de anistia coerente com as ditas instruções, do que Caxias estava autorizado a dar publicidade, tão logo os farroupilhas peticionassem a dita anistia (Wiederwspahn, p. 14).

É importante fixar que os termos desse decreto é que consubstanciariam o caráter impositivo da pacificação por parte do império.

Referindo buscas efetuadas no Museu Imperial de Petrópolis e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, examinando “Coleção de Leis do Império”, informou (idem):

Quanto ao decreto de anistia, mencionado no artigo 2º destas *Instruções Reservadas* e que com estas fora enviado pelo Ministro da Justiça para o Barão de Caxias, existe indubitavelmente algum mistério em torno de seus dizeres, pois nem sequer consta publicado nas coleções de leis e decretos imperiais da época e isto, por algum motivo relevante, talvez por ser atentatório aos bríos dos combatentes farroupilhas [...].

Wiederspahn (p. 16) chama a atenção para essas contradições entre documentos relacionados com a pacificação e adverte:

[...] há, ainda hoje, muito a ser desvendado para que não nos afoitemos em admitir uma espécie de conluio entre o Barão de Caxias, assessorado pelo então Cel. Manuel Marques de Souza – futuro Conde de Porto Alegre – o próprio Gen. David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura, ex-ministro farroupilha da Fazenda e um dos principais delegados da República Rio-Grandense para os preliminares do convênio de Ponche Verde.

A seguir esse autor registra (idem):

O grande mérito do futuro Duque de Caxias, bem como o de seu principal assessor de então, o depois Conde de Porto Alegre, foi de haver compreendido a situação, assumindo ele a responsabilidade pessoal de admitir como necessária a adaptação daquelas *Instruções Reservadas* até mesmo ultrapassando em parte o que lhe tinha sido autorizado pelos ministros imperiais, do que resultariam os 12 itens das concessões, que pareciam partir dos próprios líderes republicanos, os farroupilhas, após consultas mútuas entre as duas partes. Se a isto se decidira é porque sabia poder contar com o beneplácito de seu Imperador, no que não se iludira, já que D. Pedro II não usou de suas prerrogativas de Chefe de Estado Constitucional para anular no todo ou em parte as referidas concessões, premiando-o com a graduação no posto de marechal-de-campo e elevando-o da dignidade de barão à de Conde de Caxias. Durante toda a sua permanência como presidente imperial do Rio Grande do Sul, lamentavelmente apenas por pouco tempo, o novo conde fez o possível para corresponder à confiança nele depositada pelos que o haviam indicado para continuar neste cargo,

para que fossem cumpridos da melhor maneira os 12 itens das concessões acima citadas, apesar de certa oposição de alguns ministros e de muitos dos áulicos da Corte.

Detalhando essas dificuldades, o autor refere os óbices relativos ao artigo 4º das concessões, que previa a liberdade dos escravos das forças farrapas, o que era considerado afrontoso pelos escravocratas de então. Confirma que Canabarro fez a entrega de 120 soldados escravos para Caxias, os quais ficariam confinados na Fazenda Imperial de Santa Cruz, “*inicialmente* como escravos estatizados” (grifo nosso). Aduzindo relevantes informações sobre esse particular, registrou ainda (*idem*, p. 17):

Não querendo o Barão de Caxias assumir o papel de um capitão de mato, acabou concedendo a todos eles a alforria prometida antes de fazê-los embarcar para a Corte, embora com a condição de não retornarem às províncias sulinas. Para tal considerou-os como se fossem beneficiados pelo aviso ministerial de 19.11.1838, que prometera a liberdade a todos soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às autoridades imperiais. Mesmo assim, ainda se pretendeu congelar estas alforrias ao chegarem eles no Rio de Janeiro, sendo efetivadas somente ante o alarde surgido no Legislativo da parte de alguns dos mais exaltados da bancada liberal oposicionista.

Eram estes soldados afro-brasileiros do Corpo de Lanceiros e de um Batalhão de Caçadores do exército republicano.

MORIVALDE CALVET FAGUNDES – 1984

Em *História da Revolução Farroupilha*, o Gen. Morivalde escreveu um capítulo com o título “Houve traição em Porongos?” (Fagundes, p. 372).

À semelhança de Varela, apresentou alguns detalhes sobre a marcha de Chico Pedro indo para Porongos (*idem*, p. 373):

Os preparativos de Moringue foram meticulosos; rações cosidas, para jornada de 5 dias; cuidadoso envolvimento em trapos dos freios e mais adereços metálicos da gente montada, para que a marcha fosse absolutamente impressentida [...]

Em sucinta descrição do combate, onde também se observa o efetivo atribuído a Canabarro em Porongos, registrou (*idem*):

A surpresa gerou pânico. Só houve tempo para fuga desabalada, a pé ou a cavalo, em pêlo. Canabarro tinha a seu lado Neto e João Antônio, e um efetivo de cerca de 1000 homens.

Depois de referir-se a diversos autores, faz um registro com características de posicionamento pessoal sobre o tema (*idem*, p. 374).

Já houve quem quisesse atribuir a Canabarro uma mancomunação com Caxias, para acabar de uma vez com a revolução.

Contra isto, já se rebelaram historiadores do quilate de um Alfredo Ferreira Rodrigues e do dr. Vilhena de Moraes.

Observa-se que o autor coloca no passado a existência de quem atribuíra mancomunação ente Canabarro e Caxias. Em seguida, porém, refere-se a Moacyr Flores como um autor que admite traição de Canabarro. Essa indefinição acentua-se, como se pode ver na transcrição que segue (*idem*, p. 375):

Como estou escrevendo uma história de homens e certamente também de heróis, mas, indubitavelmente, não de santos, nem de deuses, as contradições e as dúvidas ficam registradas, como peças da realidade e da verdade histórica, que não deve ser um panegírico, nem uma detração, [...].

Logo a seguir, insinua definir-se, mas muda o foco (*idem*).

Minha opinião pessoal sobre o caso é que, para o destino dos homens e dos povos, o móvel dos atos humanos é insignificante, ante o acerto de seus resultados, das suas conseqüências e dos seus produtos finais.

Terminando o referido capítulo e novamente citando Vilhena de Moraes, Morivalde parece contradizer-se com relação a esse famoso biógrafo de Caxias (*idem*).

O grande escritor patricio E. Vilhena de Moraes, do Instituto Histórico, deixou inédito um trabalho, que deve estar em poder de seus descendentes, onde discorrendo sobre “Caxias no Rio Grande”, faz a pergunta: Foi Canabarro um traidor?

Pelo visto, o autor não conheceu o tal trabalho de Vilhena, senão teria informado sobre a resposta.

De qualquer forma, uma pergunta se impõe: Vilhena, juntamente com Ferreira Rodrigues, rebelou-se ou não contra as detrações de Caxias e Canabarro?

Em outro capítulo, o autor aborda acontecimento muito pertinente ao assunto em exame. Relata o encontro de Dionísio Amaro com Caxias, quando este, através daquele, encaminhou carta para Bento Gonçalves, programando tratativas de pacificação, e acrescenta (*idem*, p. 382):

Dionísio não somente notificou a Canabarro o bom desempenho que haviam tido suas propostas, como também *ficara combinado* com Caxias que as operações, nesse tempo, seriam unicamente *aparatosas*, pois que ele, em face das imperiais instruções, não podia fazê-las cessar de todo, sem que a paz estivesse feita (grifos nossos).

Diante disso, o autor admite a existência do que chamou de “armistício consentido” antes do ataque de Porongos. A isso, Othelo Rosa havia se referido como “armistício implícito”.

Certamente, tal situação influiu na desatenção de Canabarro em Porongos.

IVO CAGGIANI – 1992

Esse autor, em *David Canabarro: de tenente a general*, fez algumas considerações sobre circunstâncias do ataque em Porongos que podem ajudar na reflexão.

Ao chegarem em Porongos, as forças de Canabarro eram compostas de aproximadamente 1.200 homens. Em torno dessa localidade, três colunas do exército imperial eram formadas por 5.400 homens. Chico Pedro, com seu efetivo reforçado por Caxias, dirigia-se a Porongos, em marchas noturnas para não ser pressentido por Canabarro. Três dias antes do ataque em Porongos, uma pequena partida farroupilha defrontou-se com a vanguarda dessa força. Canabarro disso foi informado, mas entendia que Chico Pedro marchava para juntar-se ao grosso do exército imperial (Caggiani, p. 135-136).

É importante lembrar que o efetivo costumeiro de Chico Pedro era de 500 homens (AHRS, FR-11), o que possivelmente Canabarro estivesse considerando.

Caxias, também sabendo do ocorrido no dia 11, e temendo que Canabarro fosse ao encontro de Chico Pedro, determinou ao Ten.-Cel. Fonseca para se aproximar dos farroupilhas em outra frente, de forma a desviar a atenção de Canabarro, o que conseguiu. Canabarro deslocou 400 homens de Porongos para reforçar Portinho que se antepunha a Fonseca no Quebracho, onde tirotearam. Assim, Canabarro reduziu significativamente seu efetivo em Porongos e, com a atenção voltada para o lado do Quebracho, descuidou-se de Chico Pedro que avançava por outro lado com mais de 1.100 homens (Caggiani, p. 136).

Conforme citação desse autor, Ferreira Rodrigues, baseado na ordem do dia de Caxias, de nº 170, e em depoimentos de três legalistas que participaram do evento, descreveu o ataque de Chico Pedro, o que, a seguir, está parcialmente transcrito (idem, p. 137-138).

Um esquadrão de 40 homens, não mais, que contornou as posições dos republicanos, correndo com a rapidez do raio sobre os piquetes avançados que abafou sem lhes dar tempo de despejar um tiro ou soltar um grito de alarme, cai de chofre sobre o exército desprevenido, atroando os ares com brados de vitória. A frente deles vem o temível Fidelis Pais, o vanguardeiro e o braço direito de Chico Pedro, e o segue o esforçado Manduca Rodrigues, já então famoso por atos de inaudita temeridade.

Ao primeiro ímpeto do ataque, sucede no acampamento uma confusão indescritível. Correm soldados de todos os pontos, atônitos e assombrados, enquanto em balde procuram alguns oficiais organizar as fileiras.

– É o Moringue! É o Moringue! É o grito de todas as bocas.

A onda humana que se espalhou em várias direções, tentava ganhar distância para se refazer, fugindo a perseguição daquele punhado de bravos. Ninguém os supõe tão poucos, julgando vir ali toda a divisão imperial.

Mas eis que a onda se despedaça de encontro a uma barreira inesperada. É o próprio Chico Pedro, que, emboscado com o grosso de

suas forças, esperava o resultado do ataque para surgir pela frente dos que fogem.

A situação é terrível. Os farrapos, passado o primeiro momento de estupor, cobram ânimo e dispõem-se a morrer lutando. Teixeira, o bravo dos bravos, cujo denodo assombrou um dia ao próprio Garibaldi, reúne os seus lanceiros, o 4º regimento de linha e alguns esquadrões afrouxam, mas os imperiais se multiplicam, surgem de todos os pontos. Segunda carga, mais impetuosa, mais desesperada, é também repelida.

É este o sinal da debandada geral. Em vão os chefes chamam os soldados ao dever, dando-lhes o exemplo. Nada os contem e o exército como por encanto se dissolve, arrastando consigo ainda aos que querem lutar. Apenas alguns grupos mantêm-se, resistindo e neles o combate se trava a arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo. Ouve-se o tinido do ferro contra ferro e ecoam a espaços alguns tiros isolados, que o ardor da peleja não deixa tempo de morder os cartuchos e carregar as armas. É uma carnificina sem nome, um desbarato completo. [...]

Nesse mesmo trabalho, sob o título “Defesa póstuma”, o autor consignou (idem, p. 243):

Até 1900 a tradição sul-rio-grandense ainda punha certas dúvidas sobre a correção do procedimento de David Canabarro no episódio farroupilha de Porongos. Mas, nesse ano, o mestre dos historiadores estaduais, Alfredo Ferreira Rodrigues, apresentou, pelas páginas de seu notável ALMANAQUE HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, a *definitiva absolvição* do general farroupilha (grifo nosso).

MOACYR FLORES – 2004

Dentre diversas obras desse autor, propositadamente selecionado por sua respeitabilidade e merecido prestígio, interessa destacar *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde* (Flores, 2004).

Esse trabalho, também por constituir expressiva discordância com os anteriormente referidos, demanda exame especial e confronto com argumentações antes colocadas.

Nas explicações introdutórias, o autor adverte (idem, p. 8):

O tema é difícil, pois tenho que modificar conceitos e interpretações de fatos e dados que já escrevi no passado. Novos documentos manuseados, ignorados por outros historiadores, me obrigam a reformular os fatos sobre o combate no acampamento dos Porongos e sobre a anistia concedida pelo Império do Brasil, e dando a verdadeira dimensão do chamado Tratado de Paz de Ponche Verde, que nunca existiu.

Convém acentuar que, em obra anterior, o autor já firmara suas convicções sobre ocorrência de traição em Porongos (Flores, 1984).

A seguir, são examinadas e confrontadas as razões que parecem ser as principais dentre as que levaram o autor a admitir a existência de traição em Porongos.

Ingresso de Canabarro na maçonaria

O ingresso de Canabarro, em 1840, em loja maçônica de Alegrete, comprometida com a paz da Província, teria influído em seu ânimo de pacificação, e conclui conforme se vê (idem, p. 57 e segs.):

Assim o governo, a maçonaria, Joaquim Guedes da Luz e David Canabarro estavam motivados para estabelecerem a paz, menos Bento Gonçalves da Silva que estabelecia condições.

Cabe lembrar que Bento Gonçalves também era maçom. Aliás, era Venerável da Loja Filantropia e Liberdade, sediada na Rua da Igreja, em Porto Alegre. A ata nº 67, de 18-9-1835, registra as presenças de Bento Gonçalves, Vasconcelos Jardim, Pedro Boticário e outras lideranças farroupilhas² nessa loja.

Dante de Laytano, citado por Caggiani, informou (Caggiani, 1992, p. 97):

Bento Gonçalves foi grau 33, o que representa a maior dignificação maçônica, e também membro supremo do Grande Conselho.

Convém também especificar que Bento Gonçalves estabelecia condições enquanto existia algum equilíbrio de forças. Quase às vésperas da pacificação, Bento Gonçalves escreveu para Canabarro, onde se pode ver (AHRs, 1985, p. 258):

[...] resta-me repetir-vos: *a paz é absolutamente necessária* [...]; uma conciliação é sempre preferível aos azares de uma derrota [...] (grifo nosso).

Carta de Manoel Alves da Silva Caldeira, de 1898

As informações enviadas por Caldeira foram usadas em 1899 por Varela, no trabalho posteriormente renegado pelo mesmo. Dentre outras informações, Caldeira conta que a fazendeira, D. Manuela, irmã do Gen. Neto, tendo sido alertada por um peão sobre a presença de Chico Pedro nas proximidades, pediu para um vizinho, Pereira, avisar seu irmão em Porongos. Este avisou Neto que o encaminhou para Canabarro, tendo ocorrido o seguinte diálogo (Wiederspahn, 1980, p. 74):

– Você viu o Moringue? Pereira respondeu negativamente. Canabarro: – E então, como é que diz que é o Moringue? Pereira disse como sabia. Canabarro: – Você não está mentindo? Pereira era homem sério e ficou desapontado. Canabarro perguntou-lhe de que lado era o vento. Pereira disse de que lado estava, então Canabarro disse: – O Moringue

² Cópia da ata em poder do historiador Cel. Alberto Rosa Rodrigues.

sentindo a minha catinga aqui não vem. Marche para a sua casa e não ande espalhando esta notícia aterradora aqui no acampamento.

Possivelmente seja por isso que o autor concluiu (Flores, 2004, p. 58):

Quanto à surpresa de Porongos cai por terra, pois Canabarro fora avisado da aproximação de Francisco Pedro de Abreu.

Isso também deve ser confrontado com o que está referido no texto relativo a Caggiani. Canabarro, considerando que as forças de Chico Pedro eram as costumeiras, isto é, de 500 homens, e não as aumentadas por Caxias, que as elevou a mais de 1.100 homens, poderia facilmente entender que Chico Pedro não o atacaria com um efetivo significativamente menor do que o seu. Chico Pedro estaria simplesmente buscando junção com o grosso do exército imperial, o que também era absolutamente compatível com o sentimento de um armistício, admitido por Othelo Rosa e Morivalde Calvet Fagundes.

Carta de Caxias para Chico Pedro, datada de 9-11-1844

Essa carta, também referida pelo autor como “documento CV 3730” (Coleção Varela), é a mesma carta, cuja falsidade Ferreira Rodrigues já demonstrara em 1901, com os depoimentos de Manoel Patrício de Azambuja e Félix de Azambuja Rangel, antes referidos, o que também foi aceito pelo próprio Varela, primeiro usuário desse documento.

Com base nesse documento, o autor concluiu (idem, p. 59):

[...] que Canabarro e Lucas de Oliveira estavam cientes do ataque: [...]

Invocação a Domingos José de Almeida

A seguir o autor ressalva que vários historiadores lançaram dúvidas sobre a autenticidade do documento supracitado e, mais adiante, coloca (idem, p.61):

O documento CV 3730 é tido como falso, porque no alto consta a palavra cópia, no entanto o ministro Domingos José de Almeida, que tentou desvendar a tal “surpresa de Porongos”, escreveu que viu e copiou o documento original da ordem de Caxias, que estava em poder de Francisco Pedro.

Também esse argumento foi usado por Varela no trabalho de 1899, por ele mesmo depois renegado. A propósito, vários historiadores, não apenas lançam dúvidas, mas denunciam a falsidade da dita carta, com base em testemunhos já referidos e não contestados. Assim, parece realmente ser irrelevante a existência da palavra cópia no dito documento. O que é relevante é ser cópia de uma carta falsa.

Cabe também lembrar algumas vinculações pertinentes. A tal cópia da carta examinada por Varela estava em poder de Bernardino de Almeida, filho de Domingos José de Almeida e genro de Beto Gonçalves. Isso adquire especial relevo pelo fato de Almeida e Bento Gonçalves, ao final da revolução, serem adversários políticos, senão inimigos, de Canabarro.

A falta de explicações de Canabarro

Canabarro nunca teria dado explicações sobre Porongos, o que significaria uma confissão de culpa.

Trata-se de argumento antigo, também usado e renegado de forma pioneira por Varela. Em torno disso, no entanto ocorre algo muito curioso. De um lado, Canabarro era condenado por não ter dado explicações, de outro, salientavam o fato de Chico Pedro não ter referido a tal carta em suas memórias.

Quem pode provar que Canabarro nunca deu explicações? Impossível provar a inexistência do fato.

Mas, na preservação do debate, que se admita o fato de Canabarro não ter dado explicações.

É interessante referir que essa postura de Canabarro poderia receber esclarecimentos. Dar explicações significa corroer a autoridade, do que Canabarro era muito cioso (Varela, 1933, v. 6, p. 218). Depois de décadas de provações em guerras, era perfeitamente admissível que Canabarro se julgasse acima de tal intriga e desobrigado de explicações.

Essas suposições, porém, não são desprovidas de base fática. Examinando as correspondências de Canabarro, quando em comando da Guarda Nacional, também perceberemos mutismos e laconismos. Meses antes da invasão paraguaia de 1865, Canabarro alertava o presidente da Província sobre tal possibilidade. Repetidamente encareceu a necessidade de aumento do efetivo sobre seu comando. Criava novos corpos da Guarda Nacional e era forçado a dissolvê-los porque o governo não implementava providências junto à pagadoria. Quando se consumou a invasão, Canabarro recebeu repetidas promessas de reforço da parte de Tamandaré e de Osório, que não se efetivaram, porque estes socorriam a Argentina. Osório, em correspondência de 7-7-1865, reiterava o envio de reforços e encarecia que Canabarro não deveria arriscar a pequena força sob seu comando, diante de milhares de paraguaios bem armados e municiados (AHRS – Fundo Guarda Nacional, Lata 440, Maço 33). Mas Canabarro foi levado a conselho de guerra.

Que explicações dadas por Canabarro são amplamente conhecidas?

Não invocou as solicitações tempestivas de providências, nem transferiu culpas a superiores ou companheiros. Em carta para o presidente da Província, de 28-2-1867, já tendo reassumido seu comando, Canabarro fez um passageiro comentário sobre banalização de conselhos de guerra e lamentou estar velho e adoentado, o que o privava de oferecer uma maior contribuição à pátria (idem). Continuou em silêncio, até porque morreu pouco depois.

Sobre Ponche Verde, o autor dedica a dúzia final de páginas do livro.

No início dessa parte, o autor usa novamente Almeida como testemunha da “traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”. Considera que, confrontando o decreto de anistia, de 18-12-1844 com o ocorrido em Ponche Verde, prova que houve traição em Porongos.

Mais adiante, descreve o quadro de dificuldades em que se encontrava a República (Flores, 2004, p. 67).

O governo da República não dispunha mais das coletorias para cobrança de impostos e nem podia pilhar o gado dos legalistas. Num processo lento, os farrapos combatentes estavam divididos em pequenos grupos e limitados ao território do atual município de D. Pedrito. Depois de tantos anos de guerra, a população sul-riograndense estava exausta, com as charqueadas destruídas, o comércio estagnado, pontes demolidas, escolas fechadas e campos criatórios vazios. Ninguém mais queria lutar ao lado dos farrapos. Era melhor aceitar a paz do Império, que significava segurança, comida e trabalho.

Descrevendo fatores que dificultavam a conciliação, cita a necessidade de indenizar monarquistas pelos confiscos de que foram vítimas. Também refere que os farroupilhas sentiam-se como integrantes de uma nação independente e que a Corte considerava-os como rebeldes. Dessa forma, farroupilhas queriam um tratado de paz, e o império oferecia uma anistia.

Mais à frente, reproduz trecho de um ofício de Caxias para o ministro dos negócios do império, onde o barão comunicou que Marques de Souza, acompanhando Fontoura à Corte, poderia informar pessoalmente as verdadeiras circunstâncias da Província e sobre os meios para terminar a guerra. Logo após, o autor coloca duas questões (idem, p. 69).

Por que Caxias não enviou um relatório por escrito sobre “as verdadeiras circunstâncias da Província” e sobre sua opinião de terminar a guerra civil? Por que não podia divulgar o que estava sendo tratado com Davi Canabarro?

Wiederspahn, que descartou traição em Porongos, também teceu considerações a respeito. Pode-se contrapor que, dentre as respostas possíveis, a mais simples seria: porque mandou à Corte o então Cel. Marques de Souza, seu auxiliar direto, pessoa de sua confiança, conhecedor da situação, o que dispensava a feitura de relatórios. A segunda questão, porém, parece indicar que esse fato está sendo considerado como prova de que efetivamente houve traição em Porongos.

Certamente que outras conjecturas são possíveis. Observe-se a transcrição que segue (Wiederspahn, p. 86).

A modificação na atitude inicial dos ministros decorreu da maneira como o Cel. Marques de Souza soubera se desincumbir pessoalmente da missão que recebera do Barão de Caxias junto a D. Pedro II, em audiência particular e reservada que conseguira com o seu soberano e sem a presença de um daqueles.

É possível que Caxias, tangenciando a má vontade ministerial, estivesse buscando respaldo para as concessões que deveria fazer, o que, convenhamos, não enseja concluir por traição em Porongos.

Continuando, o autor refere ofício de Caxias em que este admitia a continuação da guerra “se algum pequeno favor não for concedido aos principais chefes” e acrescenta (Flores, 2004, p. 70):

Um dos pequenos favores foi a indenização aos chefes rebeldes, realizada pela comissão presidida por Antônio Vicente da Fontoura, conforme recibos que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Na penúltima página, mas retomando esse mesmo assunto, o autor ainda colocou (idem, p. 78):

Antônio Vicente da Fontoura chefiou a comissão encarregada de efetuar os pagamentos das dívidas da extinta República. Bento Gonçalves da Silva recebeu 4.800\$000 rs; Antônio Vicente da Fontoura, 1.085\$000 rs; Bernardo Pires, 1:130\$046; Domingos José de Almeida, 4.016\$000. A lista é longa, incluindo comerciantes, fazendeiros, oficiais, soldados e viúvas (CV-4887).

A bem da clareza, cabe obstar que não ocorreram apenas “indenização aos chefes rebeldes”, o que o próprio autor confessou nesta última transcrição quando acrescentou “comerciantes, fazendeiros, etc.”.

Aliás, nessa segunda transcrição, percebe-se uma certa modificação de conceitos. Em diversas partes do terço final do livro, o autor enaltece Bento Gonçalves, referindo-o como defensor de escravos, incapaz de entrar em conluio com Caxias, em contraste com Canabarro, que é considerado um traidor e participante de escusos arranjos. Vê-se na transcrição anterior que não aparece Canabarro, mas é apresentado Bento Gonçalves, como participante de um conluio, sob sutil alusão de venalidade.

Na época, com o somatório das indenizações acima referidas, seria possível comprar algo em torno de mil “reses de criar”.

Nesse tocante, porém, o que mais chama a atenção diz respeito ao documento referido: CV-4887. Esse documento relaciona 334 indenizações, das quais as maiores não estão entre as quatro citadas pelo autor, mas entre as 330 não referidas.

Depois de mais uma alusão à existência de conluio entre Caxias e Canabarro, o autor faz uma pergunta (idem, p. 69):

Em 20-11-1844, o barão de Caxias escreveu ao ministro da Guerra, Manuel Antônio Galvão, que no dia 15 recebeu um papel de Fontoura, junto com cópia, assinado pela maioria dos chefes rebeldes. Não seria esse papel com os dez itens que são considerados como um tratado de paz, elaborado pelos farrapos?

Possivelmente seja o papel cujo conteúdo está antes parcialmente transcrito sob o título “Augusto Tasso Fragoso – 1938”, e que atendia ao 1º artigo das *Instruções Reservadas* de Caxias.

Terminando, o autor ainda destaca (idem, p. 78):

Com a assembléia de 25-02-1845, em Ponche Verde, os militares republicanos depuseram as armas, votando pela petição de anistia, pois na ata não consta o que foi discutido ou pactuado.

Observa-se que, mesmo “não constando”, o autor prefere concluir que votaram um pedido de anistia. Conforme também referido antes, em “Augusto Tasso Fragoso”, tal ata, de forma sucinta, refere ofícios de Vasconcelos Jardim e de Bento Gonçalves, intervenção de Canabarro e discussão das 12 cláusulas das concessões obtidas.

RAUL K. M. CARRION – 2005

O trabalho desse autor, intitulado *Revolução Farroupilha*, é um pequeno texto, porém, com alta densidade (Carrion, 2005).

Além de historiador, o autor é ocupante de cargo público eletivo, o que, com honestidade, esclarece plenamente, informando também suas ligações com o marxismo (idem, p. 3).

Atribui caráter simplório e anacrônico às análises que não “enxergam” o sentido progressista da luta farroupilha, representado pelas participações de negros, índios, mestiços e brancos pobres (idem, p. 1-2).

Com relação ao tema em exame, já na parte introdutória, o autor cita “traição em Porongos” (idem, p. 1).

Um dos capítulos desse livro apresenta o título “Traição em Porongos e massacre dos lanceiros negros” (idem, p. 19).

Nesse capítulo, que inicia informando “conluio entre David Canabarro e o Duque de Caxias”, o autor baseia suas conclusões de modo semelhante ao observado no trabalho de Varela, de 1899, e no de Flores, de 2004. Assim, refere a dita carta de Caxias para Chico Pedro, argumentos de Almeida, testemunho de Caldeira, desarme dos negros em Porongos, enfim, alegações já apresentadas e examinadas no presente texto (idem, p. 19-24).

É adequado registrar que, em parte anterior a esse capítulo, o autor informou que, referente à “traição em Porongos”, baseia-se quase que integralmente no ensaio que produziu em 2003, sob o título “Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha” (idem, p. 3).

Quanto ao destino final dado aos escravos enviados para a Corte, diverge de Flores, transcrevendo opinião de Araripe, como se vê (idem, p. 17):

Em um ponto, porém, sempre foram coerentes e leais. Servindo-se dos escravos para defender a liberdade por eles apregoada, não os abandonaram no último momento da luta, esforçaram-se com o governo imperial para que esses infelizes não voltassem ao cativo. Embora o governo imperial reconhecesse o perigo da legitimação da alforria dos que com as armas na mão conquistavam, em um país cujo primeiro elemento da sua produção era o escravo, deixou-se não obstante dominar pelos sentimentos filantrópicos, que mais tarde deviam, com tanta glória para o Brasil, manifestar-se na lei da

libertação do ventre da mulher escrava. Os soldados da república, recrutados na escravidão, conservaram no Império a condição de liberdade por exigência dos caudilhos da rebelião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porongos

Com relação ao ataque de Porongos, observa-se que nas referências bibliográficas de Flores aparece apenas um dos trabalhos de Alfredo Ferreira Rodrigues, aquele publicado em 1898³ (Flores, 2004, p. 65), o que também se nota no trabalho de Carrion (2005).

Vale lembrar que quando esse trabalho de Rodrigues teve as primeiras publicações, não eram conhecidas as declarações de Manoel Patrício de Azambuja e de Félix de Azambuja Rangel, que revelaram a falsidade da referida carta de Caxias para Chico Pedro. Depois dessas revelações, publicadas por Ferreira Rodrigues em seu Almanaque de 1901, os testemunhos de Caldeira, Amado e Almeida perderam valor, pois se alicerçavam na ilusória autenticidade da carta, cuja falsidade restou provada, tanto que Alfredo Varela mudou suas convicções, aceitando as conclusões de Ferreira Rodrigues.

Uma reflexão se impõe. Por que Flores e Carrion teriam novamente trazido a lume testemunhos pioneiramente usados por Varela e depois renegados por este? Desconheceriam o trabalho de 1901, que nulifica os argumentos deles, ou não o aceitam?

A única hipótese admissível é a segunda, mas infelizmente nada esclareceram a respeito. Transportaram-se para o século XIX, relegando sem explicações o trabalho de Ferreira Rodrigues, de 1901, que, no entender da maioria dos autores, é o melhor sobre o assunto.

Wiederspahn informa a presença de 700 farroupilhas em Porongos, por ocasião do ataque (Wiederspahn, p. 67-68). Caggiani informa um efetivo de 1.200 homens com Canabarro. Também, repetindo outros autores, informa o envio de 400 homens para reforçar Portinho (Caggiani, 1992, p. 136). Como Portinho já estava com 100 homens antes de ser reforçado, chega-se também à quantidade de 700 homens, no que há concordância com Wiederspahn. Flores, mencionando ordem do dia de Caxias que se baseava em Chico Pedro, registra “mais de mil” (Flores, 2004, p. 59).

Além de diversos argumentos já referidos em diferentes partes deste texto, talvez importe reprisar uma singela colocação de Félix Rangel. Menciona ele que, ao clarear do dia, atacaram a *vanguarda* de Canabarro em Porongos (AHRS, FR-11). Ferreira Rodrigues, na embasada descrição do ataque em Porongos, registrou textualmente: “[...] com a rapidez do raio sobre *os piquetes avançados* [...]” (grifo nosso). Como essa vanguarda era composta por muitos escravos, muitos destes foram os mais atingidos, não por serem escravos, mas

³ No presente trabalho está referido *Almanaque de 1899*, p. 215-272.

por comporem a vanguarda, que estava colocada na zona de contato entre as facções. Certamente somava-se a essa circunstância o arrojo e temeridade que caracterizavam as ações de Teixeira Nunes, de seu corpo de lanceiros negros e do batalhão de caçadores, empenhados em confronto tremendamente desigual e insustentável.

Sem dúvida, trata-se de um lamentável e trágico episódio, incluso infelizmente em uma desgraça maior ainda, que era a própria escravatura.

As circunstâncias que antecederam o ataque de Chico Pedro, a descrição desse ataque por Ferreira Rodrigues, as importantes manifestações de apoio à tese deste autor e os decisivos testemunhos apresentados pelo mesmo tornam inaceitável a idéia da existência de traição em Porongos.

Essas reflexões podem ser enriquecidas se o leitor tiver presente que, dentre outros, alguns movimentos e organizações de afros-descendentes, por razões estratégicas, dão especial realce aos trabalhos que informam a existência de traição em Porongos.

Ponche Verde

Parecem corretas as ponderações de Wiederspahn e Flores sobre a impropriedade da designação de “Tratado de Paz de Ponche Verde”. O que um chamou de anistia camuflada, o outro chamou de farsa.

É inegável a grande diferença entre os limites fixados pelas *Instruções Reservadas* para Caxias e as cláusulas apresentadas em Ponche Verde. Basta atentar para que, segundo as cláusulas de Ponche Verde, os farroupilhas nomeariam o presidente da Província e os escravos receberiam liberdade. Nas instruções recebidas por Caxias, não era prevista a designação de presidente, e os escravos deveriam ser enviados para a Corte. Isso originou o que está sendo referido como simulação.

Não foi essa, porém, a única vez no Rio Grande do Sul que o mediador de pacificação extrapolou as atribuições. É difícil as contingências de guerras serem totalmente previstas em gabinetes.

Não é aceitável que a simulação havida em Ponche Verde constitua prova de traição em Porongos.

Caso não tivessem ocorrido as baixas de Porongos, isso em nada mudaria o imenso desequilíbrio de forças que logo determinaria o fim da guerra, com ou sem pactos e simulações.

Cabe também considerar que, em 20 dias ou menos após o ataque a Porongos, Canabarro já havia recuperado seu efetivo. Félix Rangel informa que Chico Pedro, dispondo de apenas 500 homens, alguns dias após o ataque de Porongos, solicitou auxílio a Fernandes, que estava em Cachoeira, para atacarem Canabarro, o que só com sua força não faria porque os farroupilhas eram mil homens (AHRs, FR-11).

É muito provável também que, mesmo sem as baixas de Porongos, seriam cumpridas as exigências da Corte sobre os escravos. Já beirando o

desarmamento, Caxias dispôs suas forças e passou ordens para acosar Canabarro, caso este relutasse em entregar os escravos. Fatalmente seriam capturados ou mortos entre três fortes contingentes imperialistas.

Quanto ao destino final dos escravos encaminhados para a Corte, por alegadas razões de segurança, o que antes é mostrado apresenta controvérsias; porém, não parecem suficientemente robustos os minoritários argumentos que descartam alforrias.

É admissível a existência de apreensões e desconfianças, entre Canabarro e parte de suas forças relativamente às tratativas de pacificação e ao próprio destino da guerra cujo fim se insinuava. Mas, mesmo desconsiderando razões de caráter, não se detecta, nitidamente, motivação plausível para que Canabarro tenha cometido a ignomínia de que alguns o acusam.

Os registros de alguns autores antes referidos, sobre a pacificação, induzem a outras considerações. Assim, considerando que: (a) existem dúvidas, segundo Wiederspahn, sobre a publicação do decreto que constituía a referida anistia; (b) houve inegável bilateralidade nas tratativas que culminaram com a pacificação; (c) sabidamente, Caxias teria se esmerado no cumprimento do que foi prometido em Ponche Verde; logo, a pacificação não teve caráter impositivo aos farroupilhas.

Assim como em Ponche Verde foram apresentadas concessões em desacordo com as ditas *Instruções Reservadas* de Caxias, para o ministério imperial foram enviadas informações que atenuavam o aspecto altaneiro das posturas farroupilhas.

A frase constante no final da ata de Ponche Verde, em que se observa a expressão “e todas mais que pudessem conseguir do Barão de Caxias”, sugere que os farroupilhas negociavam com Caxias e não com a Corte.

Diversas ocorrências ficam bem explicadas, admitindo-se que a paz de Ponche Verde decorreu de persistentes esforços conciliatórios desenvolvidos, de um lado por Caxias, com o respaldo do imperador, e de outro, pelos interlocutores farroupilhas. A conciliação deveria ser feita de modo legalmente adequado, preservando a imagem do imperador e do governo imperial, bem como atendendo às justas reivindicações e à dignidade farroupilha, o que não era tarefa simples.

É relevante considerar que, não fora a tal simulação de Ponche Verde, possivelmente a guerra terminaria em imensa e terrível mortandade.

Talvez por isso, a frase de Canabarro: “o tempo me há de justificar”.

Observa-se que alguns autores, Varela em primeiro lugar, entendiam que, com essa frase, Canabarro se referia a Porongos (Rodrigues, 1901); tudo, porém, leva a crer que ele se referia a Ponche Verde.

A história jamais o desculparia, nem a Caxias, caso tivessem participado de perversa programação de um massacre. Deve desculpá-los, sim, por participarem de uma simulação que salvou milhares de vida, o que demanda elementar senso de justiça dos juízes dessa história.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO RS. *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.
- . *Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva*. Porto Alegre: Corag, 1985a.
- . *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985b.
- . *Os 14 municípios farroupilhas: atos de criação*. Porto Alegre: [s.n.], 1985.
- CAGGIANI, Ivo. *Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- CARRION, Raul K. M. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: [s.n.], 2005.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Caxias do Sul: Educus; Porto Alegre: EST, 1984.
- FLORES, Moacyr. *Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.
- . *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 2004.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-45) narrativa sintética das operações militares*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.
- OSORIO (SENIOR), Fernando Luis. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Pacificação do Rio Grande: David Canabarro e a surpresa de Porongos. In: *Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1899*. Rio Grande: Livraria Americana, 1899. p. 215-272.
- . David Canabarro e a surpresa de Porongos. In: *Almanak litterario e estatístico do Rio Grande do Sul para 1901*. Rio Grande: Livraria Americana, 1901. p. 227-242.
- ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- SPALDING, Walter. *Farrapos*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1957.
- . *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução – o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O Convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 1980.
- Fontes primárias:**
- AHRS. Arquivo Particular de Alfredo Ferreira Rodrigues. FR-11.
- AHRS. Arquivo Particular Alfredo Varela. CV-01 a CV-10.884.
- AHRS. Fundo Guarda Nacional.

(*) *O autor é Membro-Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS).*